PARECER JURÍDICO

Interessado: Secretaria de obras e infraestrutura

Assunto: contratação empresa para implementar iluminação pública distrito Indutrial

1. Introdução

O presente parecer tem por objetivo analisar a viabilidade jurídica da contratação de empresa especializada para a execução de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública em loteamento industrial localizado no Município de Ouro Verde/SC.

A análise é fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização da Demanda (DFD), no Termo de Referência (TR) e na aprovação do projeto pela concessionária de energia elétrica competente.

2. Fundamentação Legal

A contratação atende aos requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, em especial:

- Art. 18: Exige a elaboração de estudos técnicos preliminares e justificativas que demonstram a necessidade da contratação;
- Art. 40: Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência, que deve conter descrição detalhada do objeto, especificações técnicas e critérios para execução e fiscalização do contrato;
- Princípios da eficiência, economicidade e publicidade: Fundamentam a escolha por uma solução que maximize recursos públicos e atenda ao interesse público.

3. Análise Jurídica

3.1 Justificativa da Contratação

Conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD), a necessidade da obra decorre da criação de um loteamento industrial que

demanda infraestrutura básica para sua operacionalização. A ausência de rede elétrica e iluminação inviabilizaria a instalação de empresas, impactando negativamente o desenvolvimento econômico local.

3.2 Fundamentação Técnica e Econômica

O Termo de Referência (TR) detalha as especificações técnicas do projeto, incluindo a necessidade de utilização de materiais certificados, mão de obra qualificada e cumprimento das normas aplicáveis. O TR também justifica a contratação de empresa especializada, em razão da complexidade do objeto e da indisponibilidade de recursos técnicos e materiais no âmbito do município.

3.3 Regularidade do Projeto

A aprovação pela concessionária de energia elétrica certifica que o projeto está em conformidade com as normas técnicas exigidas, reforçando a segurança jurídica da contratação. Essa aprovação condiciona a energização à conclusão da obra dentro dos prazos estabelecidos e à observância das especificações técnicas.

3.4 Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental

O projeto inclui medidas de mitigação de impactos ambientais, como o uso de lâmpadas LED de alta eficiência energética e práticas de logística reversa para resíduos gerados. Essas ações estão alinhadas aos princípios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental previstos na legislação aplicável.

4. Conclusão

Com base na análise dos documentos apresentados, conclui-se que:

1. A contratação está devidamente justificada no DFD e atende às exigências legais e normativas da Lei nº 14.133/2021;
2. O TR apresenta detalhamento técnico que garante clareza e transparência na licitação e na execução contratual;

3. A aprovação pela concessionária de energia elétrica assegura a conformidade técnica e operacional do projeto;

4. As medidas de sustentabilidade reforçam o compromisso com o interesse público e a responsabilidade ambiental.

5. O edital atende todos os requisitos mínimos exigidos pela Lei 14.133/2021.

Diante do exposto, manifesta-se pela viabilidade jurídica da contratação por meio de licitação na modalidade de concorrência, adotando o critério de menor preço, conforme previsto no edital.

Ouro Verde, 18 de dezembro de 2024.

DAIANE KESSLER MARQUES

Assinado de forma digital por DAIANE KESSLER MARQUES
Dados: 2024.12.18 09:18:09 -03'00'

DRA DAIANE KESSLER MARQUES

OAB/SC 38.674